Artigo de Pesquisa
Research Article
Artículo de Investigación

DOI: http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2022.65076

Vulnerabilidade feminina a violência física no período da pandemia de Covid-19

Women's vulnerability to physical violence during the Covid-19 pandemic

Vulnerabilidad femenina a la violencia física en el período de la pandemia covid-19

Mayara de Souza Santana[I]; Rosangela da Silva Santos[I]; Ana Claudia Mateus Barreto[II]; Ricardo José Oliveira Mouta[I]; Sandra Cristina de Souza Borges[I]

[I]Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil; [II]Universidade Federal Fluminense. Rio da Ostras, Brasil

RESUMO

Objetivo: analisar os fatores que aumentaram a vulnerabilidade feminina à violência física, no período da quarentena para Covid-19. **Método:** estudo quantitativo, transversal, descritivo, realizado entre agosto e setembro de 2021. Participaram 154 mulheres. Protocolo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** verificou-se que 3,2% tinham ensino fundamental, 80% sofreram violência física, 61,7% tinham ensino superior e 33,7% sofreram violência física. Quanto a renda mensal familiar 6,5% tinham renda menor de R$1.000,00, 80% sofreram violência física, 20,1% tinham renda maior que R$7.000,00, 25,8% sofreram violência física. Quanto ao n.º de filhos, 9,7% tinham mais de 3 filhos, 73,3% sofreram violência física, 18,2% o parceiro fazia uso de drogas ilícitas, 67,9% das mulheres já sofreram violência física. **Conclusão:** mulheres com baixa escolaridade, baixa renda familiar e maior número de filhos, cujos parceiros (as) fizeram uso de drogas ilícitas apresentaram alta significância estatística e maior vulnerabilidade à violência física durante o período de pandemia para Covid-19.

Descritores: Saúde da Mulher; COVID-19; Quarentena; Violência contra a Mulher.

ABSTRACT

Objective: to examine factors that increased female vulnerability to physical violence during the quarantine period of the Covid-19 pandemic. **Method:** this quantitative, cross-sectional, descriptive study was conducted between August and September 2021, with the participation of 154 women. The project was approved by the research ethics committee. **Results:** of the 3.2% of these women who had only lower secondary schooling, 80% had suffered physical violence; of the 61.7% with higher education, 33.7% had suffered physical violence. In terms of monthly income. Of the 6.5% with monthly income of less than BRL 1,000.00, 80% had suffered physical violence; of the 20.1% earning over BRL 7,000, 25.8% had suffered physical violence. Of the 9.7% with more than 3 children, 73.3% had suffered physical violence; and of the 18.2% whose partners used illegal substances, 67.9% had suffered physical violence. **Conclusion:** women with little education, low family income, more children, and partners using illegal substances were found, with high statistical significance, to be more vulnerable to physical violence during the Covid-19 pandemic.

Descriptors: Women's Health; COVID-19; Quarantine; Violence against Women.

RESUMEN

Objetivo: analizar los factores que incrementaron la vulnerabilidad femenina a la violencia física durante el período de cuarentena por Covid-19. **Método:** investigación cuantitativa, transversal, descriptiva, realizada entre agosto y septiembre de 2021. En él participaron 154 mujeres. El protocolo fue aprobado por el Comité de Ética en Investigación. **Resultados:** se encontró que el 3,2% tenía educación primaria, el 80% había sufrido violencia física, el 61,7% había terminado la universidad y el 33,7% había sufrido violencia física. En cuanto al ingreso familiar mensual, del 6,5% que tenía ingresos inferiores a R$ 1.000,00, el 80% había sufrido violencia física; del 20,1% que tenía ingresos superiores a R$ 7.000,00, el 25,8% había sufrido violencia física. Respecto al número de hijos, el 9,7% tenía más de 3 hijos, el 73,3% sufrió violencia física, la pareja del 18,2% consumía drogas ilícitas, el 67,9% de las mujeres ya había sufrido violencia física. **Conclusión:** las mujeres con baja escolaridad, bajos ingresos familiares y mayor número de hijos, cuyas parejas consumían drogas ilícitas, presentaron alta significancia estadística y mayor vulnerabilidad a la violencia física durante el período pandémico por Covid-19.

Descriptores: Salud de la Mujer; COVID-19; Cuarentena; Violencia contra la Mujer.

INTRODUÇÃO

No período da quarentena por conta da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19), houve no México aumento de 30% no número de denúncias de casos de violência familiar. Na Colômbia, durante os primeiros dias da quarentena, registrou-se aumento de 51% nos casos de violência intrafamiliar contra a mulher. Na Bolívia, foram registrados 1.200 casos de violência contra a mulher no início da pandemia até o dia 15 de abril de 2020. Na Argentina, houve aumento de 39% no número de denúncias[1].

Autora correspondente: Ana Cláudia Mateus Barreto E-mail: amateusbarreto@gmail.com
Editora Científica: Cristiane Helena Gallasch; Editora Associada: Helena Maria Scherlowski Leal David

Recebido em: 01/02/2022 – Aprovado em: 05/08/2022

CC BY NC ND

Artigo de Pesquisa
Research Article
Artículo de Investigación

DOI: http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2022.65076

No Brasil, no início da pandemia, em março de 2020, houve aumento no número de casos de violência contra a mulher, segundo as denúncias recebidas pela central de atendimento à mulher (telefone 180). Esse aumento no número de denúncias possivelmente não retrata a realidade, porque a mulher, em virtude das circunstâncias, passou a conviver por mais tempo com seu agressor, o que diminuiu sua possibilidade de denunciar com segurança. Na cidade do Rio de Janeiro, registrou-se aumento de 50% nas denúncias de violência de gênero durante a quarentena[1-3].

A Covid-19 é uma infecção respiratória ocasionada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) com capacidade de rápida disseminação. Devido ao seu alto poder de transmissibilidade, em março de 2020 foi decretado estado de pandemia no Rio de Janeiro. Como medida preventiva, adotou-se o isolamento social, medida que se mostrou eficaz para conter o aumento no número de casos da Covid-19. Com a determinação da medida de proteção, atividades diárias foram paralisadas, e foram implementadas ações prioritárias para o cuidado dos pacientes com Covid-19. Uma vez que o controle da Covid-19 requer estratégias como o isolamento social, observou-se aumento da violência contra a mulher ocasionada pelo atual ou pelo ex-companheiro[2,4].

O isolamento social por imposição epidemiológica para conter a pandemia da Covid-19 fez-se necessário. Porém, ele também aumentou o convívio familiar e, para famílias com histórico de violência doméstica, o domicílio tornou-se um lugar de perigo, medo e abuso, mostrando-se um ambiente favorável para que sentimentos como poder, desejo, dominação, obediência e submissão se intensificassem[2,4,5].

A violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado[5]. A violência contra a mulher pode se apresentar de várias formas, como violência psicológica, moral, sexual, patrimonial e física[3].

A violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal[6]. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que, em todo o mundo, uma em cada três mulheres (aproximadamente 35%) sofreu violência física e sexual praticada pelo companheiro ou ex-companheiro[7]. A violência física pode causar danos à saúde mental, física, sexual e reprodutiva da mulher, como Infecções Sexualmente Transmissíveis e gravidez indesejada. As mulheres podem se tornar incapacitadas para realizar atividades diárias, como cuidar de si e de seus filhos[4,8].

Nesse contexto, elaborou-se a hipótese de que a quarentena por conta da Covid-19 aumentou a vulnerabilidade feminina à violência física. Assim, teve-se como objetivo analisar os fatores que aumentaram a vulnerabilidade feminina à violência física no período da quarentena para Covid-19.

MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal de caráter descritivo, com amostra constituída por 154 mulheres provenientes de mídias sociais. A busca pelas participantes do estudo se deu de forma aleatória pelas redes sociais *on-line* como Facebook e Instagram e por meio do aplicativo para celulares *WhatsApp*.

Foram incluídas mulheres (cis ou transgênero), com idade maior ou igual a 18 anos e excluídas aquelas não orientadas no tempo e espaço. O instrumento de coleta de dados foi disponibilizado para as mulheres por meio do Google *Forms*, no período de 9 de agosto a 10 de setembro de 2021. O formulário *on-line* foi composto de 52 questões divididas em duas partes distintas, a primeira parte foi composta de questões de caracterização das participantes e a segunda, por questões descritivas focando a violência física vivenciada no período do isolamento da pandemia da Covid-19.

Os dados foram computados, armazenados em *software* livre r versão 3.6.1. Realizaram-se a análise marginal e a análise inferencial, com a aplicação do teste exato de Fisher e do teste do qui-quadrado. Ao aceitarem participar do estudo, as participantes concordaram e receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O estudo seguiu as recomendações éticas preconizadas pela resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado pelo Comitê de ética e pesquisa da instituição envolvida, com parecer 45939421.1.0000.8160.

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a caracterização das 154 mulheres participantes do estudo.

Artigo de Pesquisa
Research Article
Artículo de Investigación

DOI: http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2022.65076

TABELA 1: Caracterização das participantes (n=154). Brasil, 2021.

Variáveis	n (%)
Idade, anos	
18-24	23 (14,90)
25-31	64 (41,60)
32-38	26 (16,90)
Mais de 38	41 (26,60)
Cor/raça	
Preta	97 (63,00)
Branca	53 (34,40)
Outras	4 (2,60)
Escolaridade	
Ensino fundamental	5 (3,20)
Ensino médio	54 (35,10)
Ensino superior	95 (61,70)
Ocupação	
Aposentada/pensionista	4 (2,60)
Desempregada	23 (14,90)
Do lar	10 (6,50)
Empregada	89 (57,80)
Estudante	28 (18,20)
Renda mensal familiar, R$	
Menos de 1.000,00	10 (6,50)
1.001,00-3.999,00	71 (46,10)
R$4.000,00-6.999,00	42 (27,30)
Mais de R$7.000,00	31 (20,10)
Situação conjugal	
Casada	36 (23,40)
Separada	11 (7,10)
Solteira com companheiro(a)	68 (44,20)
Solteira sem companheiro(a)	19 (12,30)
União estável	20 (13,00)
1	8 (5,20)
2	47 (30,50)
3	45 (29,20)
4	31 (20,10)
5 ou mais	23 (14,90)
Tempo que se relaciona com seu parceiro(a)	
Menos de 2 meses	9 (5,80)
3-6 meses	4 (2,60)
7-10 meses	8 (5,20)
11-14 meses	8 (5,20)
15 meses a 3 anos	34 (22,10)
Mais de 4 anos	91 (59,10)
Praticava alguma religião	
Sim	97 (63,00)
Não	57 (37,00)
Consumo de bebidas alcoólicas pelas mulheres	
Sim	98 (63,60)
Não	56 (36,40)
Consumo de bebidas alcoólicas por parceiro(a)	
Sim	108 (70,10)
Não	46 (29,90)

Verificou-se que a maior frequência percentual da idade de mulheres encontrava-se na faixa etária de 25 a 31 anos e correspondeu a 41,6% da amostra; 14% estavam entre 18 e 24 anos, cerca de 63,00% eram pretas, 34,40% eram brancas, e a menor frequência (4%) correspondeu à cor/raça amarela. Quanto à escolaridade, 3,20% tinham ensino fundamental, 35,10% ensino médio e 61,70% o ensino superior. Possuíam ocupação 57,80%. Quanto à renda familiar, 46,10% possuíam renda de R$1.001,00 a R$3.999,00, e 6,50% tinham renda menor que R$1.000,00. Em relação ao estado civil ou situação conjugal, 44,20% eram solteiras com companheiro, e 13,0% eram separadas; 59,10% se

DOI: http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2022.65076

relacionavam a mais de 4 anos com parceiro e 2,60% de 3 a 6 meses. Quanto à quantidade de pessoas morando na casa, 30,50 % residiam com duas pessoas e 5,20% com uma pessoa. Quanto à prática de alguma religião, 63% praticavam alguma religião e 37% nenhuma religião; 63,60% consumiam bebida alcoólica, e 36,40% não consumiam. Quanto ao consumo de bebida alcoólica por seus parceiros, 70,10% ingeriam bebida alcoólica e 29,90% não consumiam.

Na Tabela 2 são apresentadas as análises relacionadas aos fatores que aumentaram a vulnerabilidade feminina.

TABELA 2: Fatores que aumentaram a vulnerabilidade feminina à violência física (n=154). Brasil, 2021.

Variáveis	Violência física			
	Sim n (%)	Não n (%)	Total n (%)	Valor de p
Escolaridade				0,046
Ensino fundamental	4 (80,0)	1 (20,0)	5 (3,2)	
Ensino médio	25 (46,3)	29 (53,7)	54 (35,1)	
Ensino superior	32 (33,7)	63 (66,3)	95 (61,7)	
Renda mensal familiar, R$				0,002
Menos de 1.000,00	8 (80,0)	2 (20,0)	10 (6,5)	
1.001,00-3.999,00	34 (47,9)	37 (52,1)	71 (46,1)	
De 4.000,00-6.999,00	11 (26,2)	31 (73,8)	42 (27,3)	
Mais de 7.000,00	8 (25,8)	23 (74,2)	31 (20,1)	
Número de filhos				0,004
Sim, 1 filho(a)	24 (42,1)	33 (57,9)	57 (37,0)	
Sim, 2 filhos	13 (46,4)	15 (53,6)	28 (18,2)	
Sim, mais de 3 filhos	11 (73,3)	4 (26,7)	15 (9,7)	
Não	13 (24,1)	41 (75,9)	54 (35,1)	
Uso de drogas Ilícitas				0,001
Sim	19 (67,9)	9 (32,1)	28 (18,2)	
Não	42 (33,3)	84 (66,7)	126 (81,8)	

Dentre as mulheres, 3,2% tinham ensino fundamental e, dentre elas, 80% sofreram violência física; já entre os 61,7% de mulheres com ensino superior, 33,7% sofreram violência física. Dentre os 6,5% de mulheres com renda menor de R$1.000,00, 80% sofreram violência física, enquanto dos 20,1% com renda de mais de R$7.000,00, 25,8% sofreram violência física. Em relação ao número de filhos, 9,7% tinham mais de três filhos; destas, 73,3% sofreram violência física. Das 18,2% cujo parceiro fazia uso de drogas ilícitas, 67,9% já sofreram violência física.

DISCUSSÃO

Este estudo apresenta os principais fatores que contribuem para o aumento da vulnerabilidade das mulheres à violência física no período da pandemia da Covid-19, e aqueles que apresentaram nível de significância estatística são discutidos a seguir.

A análise dos resultados possibilitou traçar o perfil sociodemográfico das mulheres que sofreram violência física. Ressalta-se que, independentemente do tipo de violência, essa é considerada uma violação dos direitos humanos e atinge todas as mulheres sem discriminação de raça, credo ou classe social.

Verificou-se que a maior frequência percentual da idade de mulheres encontrava-se na faixa etária de 25 a 31 anos e correspondeu a 41,6% da amostra; 14% estavam entre 18 e 24 anos. Assim, 55,6% das mulheres consideradas jovens e adultas jovens, em idade reprodutiva, com vida sexual ativa, estão expostas a fatores que aumentam a vulnerabilidade da mulher à violência física[9].

A frequência em relação à idade por ocasião do nascimento do primeiro filho também teve significância estatística quanto à procura por delegacia (p=0,008). Das mulheres pesquisadas, 36,6% com menos de 25 anos procuraram por delegacia em função do comportamento agressivo do(a) companheiro(a), enquanto as mulheres acima de 26 anos ou que não tinham filhos não procuraram por delegacia pelo mesmo motivo.

A variável cor/raça apresentou maior percentual de mulheres pardas (37,7%) e pretas (25,3%). Desse modo, 63% do total de mulheres são negras de acordo com o conceito de raça preconizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[10]. Destaca-se que gênero e raça/etnicidade constituem eixos estruturantes de violências perpetradas contra as mulheres; dependendo das condições históricas vivenciadas, poderão sobressair sobre outros, como classe social, no entanto, todos os marcadores continuam presentes e podem produzir/reproduzir a violência. Esses marcadores influenciam no grau de vulnerabilidade das mulheres à violência[11,12].

DOI: http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2022.65076

As mulheres de cor/raça preta estão mais vulneráveis à violência física e têm mais dificuldade para denunciar seus agressores, assim como maior dificuldade de acessar os serviços públicos, por morarem em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos e possuírem menos recurso financeiro para buscar ajuda nos serviços de saúde ou delegacias especializadas, o que é acrescido ao fato de nem sempre possuírem efetiva rede de apoio.

Estudo identificou que a raça/etnia é fator importante por apresentar maior percentual de vitimização entre as mulheres que se autoidentificaram como pretas (28,4% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência), seguidas das que se autoidentificaram como pardas (27,5%), sendo que entre as que se autodeclararam brancas, esse percentual foi de 24,7%[13]. Tal achado denota a importância de se observar também o recorte racial das vítimas de violência doméstica e familiar, tendo em vista que as mulheres pretas são as que se encontram mais vulneráveis nesse e em outros contextos, a exemplo de se encontrarem em espaços de trabalhos mais precarizados, índices baixos de escolaridade e altas taxas de chefia familiar, dentre tantas outras questões.

Durante a pandemia, houve o fechamento parcial dos serviços, o que dificultou o acesso para que a mulher pudesse denunciar. O contexto de violência entre as mulheres brancas e as negras é diferente, por conta do racismo institucional e estrutural da sociedade[9,10].

O nível de escolaridade das mulheres aumentou durante os últimos 30 anos, e a presente pesquisa identificou 61,7% de mulheres com ensino superior. Isso pode fazer com que os casos de violência física diminuam, pois ela tem relação com o acesso à informação. Embora a violência física também ocorra em mulheres com maior grau de instrução, estudos mostram que mulheres com baixo nível de instrução educacional são as que têm mais dificuldade de se inserirem em um mercado de trabalho mais valorizado e com melhor remuneração. A baixa escolaridade contribui para que a mulher tenha dependência financeira e emocional e se submeta à violência física[9,11,14].

A baixa escolaridade foi um fator que contribuiu para o aumento da vulnerabilidade feminina à violência física e apresentou significância estatística (p=0,0046). Mulheres com menor nível de escolaridade estão em uma situação econômica e social mais suscetível à violência física, como mostrou esta pesquisa. Mulheres com ensino fundamental foram as que mais sofreram violência física e as que mais precisaram procurar por serviço de saúde em função de comportamento agressivo do(a) companheiro(a).

As mulheres com baixa escolaridade estão em condição de pobreza, o que favorece a exclusão social e diminui as possibilidades de se inserirem no mercado de trabalho e terem acesso às informações para conhecerem seus direitos[15].

Estudo verificou que as mulheres que estudaram até o ensino fundamental sofreram mais violência sexual, e aquelas com ensino médio sofreram mais violência física. Houve maior prevalência de violência psicológica cometida contra mulheres que possuíam nível superior[16].

Em relação à ocupação, 57,7% das mulheres estavam empregadas, ou seja, mais da metade das mulheres trabalhava e possuía renda e certa independência, porém, ter renda não é garantia de que a mulher não vá sofrer violência física. As mulheres desempregadas e do lar correspondem a um total de 21,4% de mulheres que desempenham o cuidado com a família, bem como as tarefas domésticas por mais tempo, o que pode ocasionar uma dependência financeira, que pode ser um facilitador para que a mulher persista em um relacionamento violento. Isso contribui para que a denúncia contra o agressor não seja realizada[14,17].

Verifica-se, no presente estudo, que 50,6% das mulheres que sofreram violência física possui dependência parcial com renda mensal individual de R$1.000,00 a R$ 3.000,00 e têm relação com o maior percentual de mulheres com ensino superior e empregadas. A renda mensal baixa é um fator que impede as mulheres de denunciar o agressor e contribui para que elas permaneçam em situação de violência[18].

Quanto ao estado civil, mulheres solteiras com companheiros, quando se tornam vítimas da violência, têm medo de terminar o relacionamento e serem penalizadas por seus companheiros. Já as mulheres que são separadas estão vulneráveis à violência física, devido a não aceitação do agressor com o fim do relacionamento[14].

Em relação à quantidade de pessoas que residem na casa das mulheres que sofreram violência física, a mulher é mais vulnerável à violência física praticada pelo cônjuge, companheiro(a) ou namorado(a) – incluindo o ex[19].

Estudos mostram que mulheres que sofrem violência física praticada pelo pai dos seus filhos estão mais vulneráveis, pois são obrigadas a manter contato social com o agressor. As mulheres com filhos tendem a permanecer no relacionamento e têm mais chances de sofrer violência física do que as mulheres sem filhos. Quando possível, as mulheres que sofrem violência física devem fazer o isolamento social acompanhada de outros familiares e não só com o companheiro e os filhos[4,18,19].

O tempo de relacionamento com o(a) companheiro(a) e a percepção de alteração do relacionamento durante o período de quarentena apresentaram significância estatística (p= 0,002) e foi um fator que contribuiu para que as mulheres percebessem alteração no relacionamento durante o período da quarentena.

DOI: http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2022.65076

Mulheres com relacionamento com duração maior que 15 meses foram as que mais perceberam alteração no comportamento do companheiro(a) em relação à violência. Estudo verificou que 37,2% das mulheres que possuíam mais de 10 anos de relacionamento passaram por mais episódios violentos do que aquelas que apresentavam tempo inferior. Quanto à periodicidade, 67,9% mulheres referiram sofrer violência frequentemente, e 38,4% atribuíram a agressão ao uso abusivo do álcool dos seus parceiros. Elas apontaram que em 86,2% das vezes o agressor costumava fazer uso rotineiro de álcool e/ou outras drogas[16].

A permanência em um relacionamento violento acontece pelo fato de a mulher achar que o companheiro(a) possa vir a mudar seu comportamento violento, e isso dificulta o fim do relacionamento e valida a fraqueza da mulher diante das agressões[20].

O contexto econômico é considerado um fator agravante para a violência física. A renda mensal individual e a procura por serviço de saúde em função do comportamento agressivo do(a) companheiro(a) apresentaram significância estatística (p=0,019); 15,8% das mulheres apresentaram renda entre R$ 1,00 e R$ 999,00, e 16% não possuíam renda. Mulheres com renda mensal individual menor que um salário mínimo foram as que mais procuraram o serviço de saúde em função de comportamento agressivo do(a) companheiro(a). Já mulheres com renda mensal familiar menor que R$1.000,00 foram as que mais sofreram violência física e as que mais procuraram o serviço de saúde em função de comportamento agressivo do(a) companheiro(a).

Quando comparada com os homens, as mulheres ganham salários mais baixos e dependem economicamente do(a) seu(sua) companheiro (a), com mais chances de sofrerem violência física e mais dificuldade de romper essa relação de violência[15,21].

A situação foi mais crítica com a renda mensal familiar menor que R$ 1.000,00 quando 50% das mulheres procuraram pelo serviço de saúde em função de comportamento agressivo do(a) companheiro(a), com significância estatística (p<0,001). Nenhuma mulher com renda mensal familiar maior que R$7.000,00 procurou serviço de saúde em função de comportamento agressivo do(a) companheiro(a) ou sofreu violência física (p=0,002).

A faixa de rendimentos é um dos fatores que mais influenciam na vulnerabilidade de mulheres à violência. As mulheres que possuem um menor rendimento são as que possuem as maiores incidências de agressões físicas, especialmente as mulheres negras. Esse tipo de violência ocorre com mais frequência na residência das vítimas. Os agressores mais citados pelas mulheres nos casos de violência física foram o cônjuge, o companheiro(a) ou namorado(a) – incluindo o ex[19].

Estudo identificou que as mulheres que procuraram o plantão na delegacia para realizar a denúncia das violências sofridas foram as que mais apresentaram hematomas aparentes, necessidade de hospitalização e encaminhamento ao Instituto Médico Legal, demonstrando a intensidade da agressão e a gravidade das denúncias[22].

Outro fator importante é a quantidade de filhos. No presente estudo, mulheres com três filhos ou mais estiveram mais vulneráveis à violência física motivada pelo estresse do dia a dia da família, bem como dependência financeira e emocional. Nesta pesquisa, mulheres que tiveram o primeiro filho na faixa etária de 18 a 25 anos foram as que mais sofreram violência física e também as que mais precisaram procurar a delegacia em função do comportamento agressivo do(a) companheiro(a).

Estudo mostra que, embora tenha havido um aumento no número de mulheres que procuram as delegacias para prestar queixa, o quantitativo das mulheres que procurou as delegacias, mas não registram a queixa supera em muito os dados oficiais[23].

A responsabilidade quase duas vezes maior com os cuidados dos filhos e os afazeres domésticos ainda é fator limitador importante para uma maior e melhor participação das mulheres no mercado de trabalho, pois tende a reduzir a ocupação delas ou a direcioná-las para ocupações menos remuneradas[19].

As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação (menos de 50% em 2019), ao passo que, entre as mulheres brancas, a proporção foi de 62,6%. Para aquelas sem a presença de crianças nessa faixa etária, os percentuais foram, respectivamente[19], 63,0% e 72,8%.

O uso de álcool e drogas é considerado fator potencializador da violência contra mulher, pois causa alterações do comportamento e pensamento, levando o homem a agir por impulso e sem pensar nas consequências de seus atos, agredindo tanto fisicamente quanto sexualmente. Durante o isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, observou-se o aumento no consumo de álcool e outras drogas no ambiente familiar. O aumento da frequência do uso de drogas ilícitas pelo parceiro e a interferência do isolamento nas relações sociais tiveram significância estatística no grupo estudado (p=0,0034%).

A violência contra mulher não ocorre de maneira isolada, podendo associar-se a uma ou mais formas de violência. Silva et al. identificaramque 40,2% dos registros referiam-se à violência física, seguida da psicológica (31,4%),

DOI: http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2022.65076

patrimonial (16,5%), sexual (6,2%) e moral (5,7%). Ainda, a maioria das mulheres sofrera agressões ou ameaças anteriores. Em 98,4% dos casos, as vítimas desejavam processar o agressor e 1,6% não o desejava. Destaca-se que 72,8% das vítimas continuaram com o processo e 27,2% desistiram[24].

Para as mulheres que sofrem violência física, o uso de drogas é um fator que contribui para que ocorra não só a violência física, mas também verbal e sexual. Durante o isolamento social, o uso de drogas pelo parceiro(a) interferiu nas relações sexuais, e a maioria das mulheres precisou procurar o serviço de saúde em função de comportamento agressivo[25]. No presente estudo, essa relação foi significante estatisticamente (p=0,003).

Estudo realizado com vistas a delinear o perfil dos agressores de mulheres usuários de drogas ilícitas verificou que todos os agressores eram usuários e encontravam-se sob o efeito de drogas ilícitas no momento da agressão; 50,8% deles também estavam sob o efeito de bebidas alcoólicas. O dado referente ao uso de bebidas alcoólicas não constava em 44,1% dos registros, o que pode revelar um número maior de consumidores de drogas lícitas[24].

Estudo verificou que 6,3% dos agressores das mulheres usavam drogas ilícitas[26]. A ingestão de bebida alcoólica foi relatada por 57,8% das participantes.

Limitações do estudo

Quanto às limitações do estudo, destaca-se a participação apenas de mulheres que tiveram acesso à internet, o que pode ter desfavorecido uma maior participação de mulheres de baixa renda, baixa escolaridade e das zonas rurais.

Destaca-se, ainda, que a coleta de dados *on-line* pode ser considerada fator dificultador do controle de amostras e populações, visto que as participantes estão mais suscetíveis à recusa ou ao abandono da pesquisa em andamento.

Ainda assim, considera-se que os resultados poderão subsidiar a elaboração de novas políticas públicas e estratégias educativas sobre a temática, bem como com a formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação.

CONCLUSÃO

O estudo comprovou a hipótese apresentada inicialmente ao identificar e relacionar os fatores que contribuíram para o aumento da violência física em mulheres na quarentena para Covid-19.

Os fatores que aumentaram a vulnerabilidade feminina à violência física no período da pandemia da Covid-19 foram idade, cor/raça, baixa escolaridade, renda mensal individual de R$1.000,00 a R$ 3.000,00, renda mensal familiar menor que R$1.000,00, ter três filhos ou mais, ter o primeiro filho na faixa etária de 18 a 25 anos, uso de drogas ilícitas e uso de drogas ilícitas pelo companheiro. A violência contra a mulher associou-se às condições socioeconômicas relacionadas à vulnerabilidade de gênero, aumentando as desigualdades sociais.

O isolamento social devido à pandemia da Covid-19 é um agravante para a violência física contra as mulheres, pois elas são forçadas a conviver com o agressor, o que dificulta as chances de denunciar com segurança e procurar os serviços de enfrentamento.

A violência contra a mulher é um antigo problema de saúde pública, de caráter estrutural e está presente na sociedade patriarcal, na qual os homens se sentem no direito de comandar a mulher e usar a violência para mostrar seu poder.

REFERÊNCIAS

1. Organização das Nações Unidas (ONU). Prevenção da violência contra mulheres diante da Covid-19 na América Latina e no Caribe. Brasília, DF: ONU; 2020 [cited 2022 Aug 12]. Available from: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/05/BRIEF-PORTUGUES.pdf.
2. Vieira PR, Garcia LP, Maciel EL. The increase in domestic during the social isolation: what does it receals? Rev Bras Epidemiol. 2020 [cited 2022 Aug 12]; 23:1-5. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-549720200033.
3. Morsch EC, Sipriani LP. Violência e o isolamento social – covid19. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste. 2020 [cited 2022 Aug 12]; 5:1-10, Available from: https://unoesc.emnuvens.com.br/apeusmo/article/view/24567/14444.
4. Marques ES, Moraes CL, Hasselmann MH, Deslandes SF, Reichenheim ME. Violence against women, children, and adolescents during the Covid-19 pandemic: overview, contribuing factors, and mitigating measures. Cad Saúde Pública. 2020 [cited 2022 Aug 12]; 36(4)1-5. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00074420.
5. Maranhão RA. A violência doméstica durante a quarentena da COVID-19: entre romances, feminicídios e prevenção. Braz J Health Rev. 2020 [cited 2022 Aug 12]; 3(2):161. DOI: http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv3n2-161.
6. Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2006 [cited 2022 Aug 12]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

DOI: http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2022.65076

7. Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Violência contra as mulheres. Brasília, DF: Opas; 2017 [cited 2022 Aug 12]. Available from: https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women.
8. Martins AM, Fonseca JR, Moura RS, Gusmão MS, Neves PC, Ribeiro LG, et al. Violence against women in covid-19 pandemic times in brazil: literature narrative review. Rev Enferm Atual**.** 2020 [cited 2022 Aug 12]; 5(1)1-16. Available from: http://www.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/828/679.
9. Zart LS, Cortegagna SA. Sociodemographic profile of women victims of domestic violence and crime circumstances**.** Perspectiva. 2015 [cited 2022 Aug 12];39(148):85-93. Available from: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_536.pdf.
10. Instituto de Segurança Pública (ISP). Dossiê Mulher 2021. 16. ed. Rio de Janeiro: ISP; 2021 [cited 2022 Aug 12]. Available from: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2021.pdf.
11. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estatísticas de gêneros indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasília, DF: IBGE; 2018 [cited 2022 Aug 12]. Available from: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf.
12. Santos DP, Jacques IJ, Diniz GT, Brito AM, Santos NT. History of violence among women who use crack in the state of Pernambuco, Brazil. Saúde Debate. 2018 [cited 2022 Aug 12]; 42(119):862-75. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-1104201811906.
13. Santiago D. As interseccionalidades necessárias à questão do enfrentamento da violência contra mulher. In: Bueno S, Lima RS (coord.). Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2. ed. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2019 [cited 2022 Aug 12]. Available from: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf.
14. Bezerra AR, Rodrigues ZM. Violence against women: the profile of the victim and the aggressor in São Luís - MA. Rev Bras Geogr. 2021 [cited 2022 Aug 12]; 41:e176806. DOI: https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2021.176806.
15. Bitar MA, Lima VL, Farias GM. Portrayal of domestic violence against women in the state of Pará. Rev Bras Segur Pública. 2021 [cited 2022 Aug 12]; 15(1). Available from: https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1177.
16. Holanda ER, Holanda VR, Vasconcelos MS, Souza VP, Galvão MT. Factors associated with violence against women in primary health care. Rev Bras Promoç Saúde. 2018 [cited 2022 Aug 12]; 31(1). DOI: https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6580.
17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas. Brasília, DF: IBGE; 2019 [cited 2022 Aug 12]. Available from: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas.
18. Martins JC. Determinantes da violência doméstica contra a mulher no Brasil [Master thesis]. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2017 [cited 2022 Aug 12]. Available from: https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/12860/1/texto%20completo.pdf.
19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019, mulheres, jovens e negros são as principais vítimas**.** Brasília, DF: IBGE; 2021 [cited 2022 Aug 12]. Available from: https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/30658-violencia-atingiu-29-1-milhoes-de-pessoas-em-2019-mulheres-jovens-e-negros-sao-as-principais-vitimas.html.
20. Zancan N, Wassermann V, Lima GQ. Domestic Violence from the Perception of Battered Women. Pensando Farm. 2013 [cited 2022 Aug 12]; 17(1)63-76. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a07.pdf.
21. Campos IO, Magalhães YB, Tuesta AA. Women in Situations of Violence Accompanied to a Psychosocial Care Center**.** Rev NUFEN. 2020 [cited 2022 Aug 12]; 12(3). Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000300009.
22. Machado DF, Almeida MA, Dias A, Bernardes JM, Castanheira ER. Violence against women: what happens when the Women's Protection Police Station is closed? Rev Ciênc Saúde Coletiva. 2020 [cited 2022 Aug 12]; 25(2):483-94. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.14092018.
23. Fiorotti KF, Amorim MH, Lima EF, Primo CC, Moura MA, Leite FM. Prevalence and factors associated with domestic violence: study in a high-risk maternity hospital**.** Texto Contexto Enfem. 2018 [cited 2022 Aug 12]; 27(3). DOI: https://doi.org/10.1590/0104-07072018000810017.
24. Silva CD, Gomes VL, Mota MS, Gomes GC, Amarijo CL. Violence against women: aggressors drug users. Rev Pesqui Cuid Fundam. 2015 [cited 2022 Aug 12]; 7(2):2494-504. DOI: https://doi.org/10.9789/2175-5361.2015.v7i2.2494-2504.
25. Ornell F, Halpern SC, Dalbosco C, OrglerA, Stock BS, Kessler F, et al. Domestic Violence and Drug Use during the COVID-19 Pandemic. Pensando Fam. 2020 [cited 2022 Aug 12]; 24(1). Available from: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n1/v24n1a02.pdf.
26. Leite FM, Luís MA, Amorim MH, Maciel EL, Gigante DP. Violence against women and its association with the intimate partner's profile: a study with primary care users. Rev Bras Epidemiol. 2019 [cited 2022 Aug 12]; 22. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-549720190056.